

**O DESAFIO DA DEMOCRATIZAÇÃO: o desenvolvimento de uma Guia de
Acesso como estratégia de orientação para melhorar o acesso ao IFRS campus
Bento Gonçalves**

Tiago Felipe Ambrosini¹

Clarice Monteiro Escott²

Recebido em: janeiro/2020

Publicado em: abril/2020

RESUMO

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com a criação dos Institutos Federais, ampliou significativamente os cursos e vagas ofertadas, o que contrasta, por vezes, com a dificuldade na ocupação dessas vagas e com processos seletivos cada vez mais disputados que, devido às avaliações meritocráticas, acabam excluindo muitas vezes os estudantes pobres, provenientes da escola pública. Percebe-se que existe muita complexidade nos processos seletivos, com editais pouco acessíveis e compreensíveis pelos estudantes, os quais, muitas vezes, não entendem o sistema de ingresso e também pouco compreendem o sistema de reserva de vagas para o ensino público. A presente pesquisa buscou desenvolver um produto educacional para melhorar o sistema de ingresso no IFRS campus Bento Gonçalves, contribuindo para que o acesso pleno se efetive e promova uma maior inclusão de estudantes oriundos da escola pública na Instituição. O estudo realizado foi qualitativo, de cunho exploratório, sendo delimitado ao IFRS campus Bento Gonçalves. O produto educacional desenvolvido (Guia de Acesso), material textual e interativo conforme classificação da Área de Ensino da CAPES, foi aplicado no processo seletivo de 2019/1 do referido campus. A avaliação do produto demonstrou que o Guia apresenta uma orientação mais didática, clara e objetiva, facilitando a compreensão do processo seletivo por parte dos estudantes candidatos, contribuindo para aperfeiçoar a divulgação sobre as modalidades de acesso e de seleção, das opções de curso ofertadas pelo IFRS, além de aumentar o interesse dos estudantes pelo processo seletivo do IFRS.

Palavras-chave: Rede federal de educação tecnológica; Processo seletivo; Democratização da educação.

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. E-mail: tiagofelipe.ambrosini@gmail.com

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. E-mail: clarice.escott@poa.ifrs.edu.br

ABSTRACT

The expansion of the Federal Network of Vocational and Technological Education (EPT), with the creation of Federal Institutes, significantly expanded the courses and vacancies offered, which sometimes contrasts with the difficulty in occupying these vacancies and with increasingly selective processes. which, due to meritocratic assessments, often exclude poor students from public schools. It is noticed that there is a lot of complexity of the selection processes, with edicts not easily accessible and understandable by the students, who often do not understand the admission system and also do not understand the reservation system for public education. The present research aimed to develop an educational product to improve the entrance system at IFRS campus Bento Gonçalves, contributing to full access and promote greater inclusion of students from public schools in the institution. The study was qualitative, exploratory in nature, being limited to the IFRS campus Bento Gonçalves. The developed educational product (Access Guide), textual and interactive material according to CAPES Teaching Area classification, was applied in the 2019/1 selection process of the referred campus. The evaluation of the product showed that the Guide presents a more didactic, clear and objective orientation, facilitating the comprehension of the selection process by the candidate students, helping to improve the disclosure about the modalities of access and selection, of the course options offered by the student. IFRS, as well as increasing student interest in the IFRS selection process.

Keywords: Federal Network of Technological Education; Selective process; Democratization of education.

INTRODUÇÃO

Os servidores que atuam no processo de ingresso discente das instituições que compõe a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008), seja na divulgação ou nas comissões do processo seletivo, já devem ter se deparado ao menos com alguma destas questões: *Como faço pra estudar aí? Que cursos vocês têm? Qual o valor da mensalidade? Qual cota eu devo me inscrever?* Diante desses questionamentos, muitos candidatos³ recebem a informação de que no edital constam todas as respostas para as suas dúvidas. Um outro caminho, advindo das transformações tecnológicas e comunicacionais, é direcionar os interessados para pesquisarem no site da Instituição ou acompanhar as redes sociais. Em ambos os casos, tanto servidores quanto candidatos, saem perdendo. Os primeiros porque não contam com instrumentos satisfatórios de divulgação e orientação sobre o

³ No transcorrer do artigo, serão utilizados os termos candidatos ou estudantes para se referir às pessoas que desejam ingressar na Instituição, variando conforme a situação: quando se aborda o processo seletivo, usa-se candidato; quando se refere ao acesso, de modo amplo, usa-se estudante. Já na construção do Guia de Acesso, foi privilegiado o termo *estudante*, por se entender que essa palavra está mais de acordo com a ideia de acesso ao ensino público, aqui abordada, e também por se considerar que o termo *candidato* carrega um sentido de disputa e seletividade.

ingresso discente. Os segundos porque, ao acessarem o edital, muitas vezes não o compreendem e, ao visualizarem os conteúdos on-line sobre o processo seletivo, ou não encontram no site ou deparam-se com informações desatualizadas e incompletas. Esse cenário produz um número cada vez maior de falhas e de desistências no transcorrer dos processos de ingresso discente, gerando estudantes propícios a evadir e cursos com baixa procura. No entanto, não bastassem esses entraves, quem perde mesmo é a sociedade que, ao não se efetivar o ingresso e, por conseguinte, a permanência e qualidade do ensino, não verá o real desenvolvimento cultural, científico e tecnológico, promovido a partir do acesso à educação pública, gratuita e de qualidade.

Este estudo está inserido nessa problemática que envolve as barreiras que o candidato se depara para ingressar numa instituição pública, bem como as estratégias e ferramentas que podem ser criadas para superar as dificuldades do acesso. Nesse sentido, a pesquisa desenvolveu um produto educacional, na forma de um Guia de Acesso, com o objetivo de melhorar a orientação aos estudantes interessados em ingressar no IFRS campus Bento Gonçalves. O Campus Bento Gonçalves do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) é uma instituição federal de ensino público e gratuito instalada na área central no Município de Bento Gonçalves/RS. Compõe, juntamente com outros 16 *campi*, desde 2008, o IFRS. O estudo realizado foi qualitativo, de cunho exploratório, sendo delimitado ao IFRS campus Bento Gonçalves. O produto educacional desenvolvido foi aplicado no processo seletivo de 2019/1 do referido campus. Esse artigo contempla os resultados de uma pesquisa de mestrado, desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do campus Porto Alegre do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

A temática do acesso ao ensino de EPT (Educação Profissional e Tecnológica) é aqui abordada a partir de uma perspectiva crítica, embasada em autores que refletem sobre as formas e estruturas de desigualdade e exclusão presentes na sociedade atual (SANTOS, 1999; BOURDIEU, 2007; NOGUEIRA, 2002; DUBET, 2004; SILVA, 2013; VELOSO, 2013; CARVALHO, 2004), bem como por pesquisadores que abordam a EPT, desde a sua formação histórica, marcada pela categoria da dualidade estrutural, bem como o seu desenvolvimento, expansão e contradições internas

(FRIGOTTO, 2010; MOURA, 2007; KUENZER, 2011; COUTINHO; MELO, 2011). Uma sociedade que é desigual na sua estrutura, baseada na exploração do trabalho, possui barreiras que dificultam e até impedem a classe trabalhadora de ter acesso, não só aos bens materiais e culturais, mas também aos bens públicos, prometidos na forma de direitos pelo Estado Democrático, como é o caso da educação.

O fenômeno estudado foi o Processo Seletivo de Ingresso Discente no IFRS campus Bento Gonçalves, que ocorre a cada semestre letivo⁴. Trata-se de uma forma de classificação dos estudantes que se candidatam às vagas nos cursos técnicos ou superiores ofertados pela instituição. Essa seleção é estruturada de forma unificada, envolvendo todos os *campi* do IFRS e abrangendo um calendário único, com as respectivas etapas: divulgação, isenção, inscrição, prova, resultado e matrícula. O processo de seleção é meritocrático, ou seja, são aprovados para ocuparem as vagas, os estudantes que obtiverem melhor desempenho na prova. Contudo, o ranqueamento das melhores notas não é feito em uma única listagem, pois, a partir da instituição do sistema de reserva de vagas para ensino público, o IFRS passou a destinar 50% das vagas para estudantes oriundos da escola pública. O sistema de reserva de vagas foi instituído pela Lei das Cotas, Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que estabelece a reserva 50% das vagas nas instituições federais de ensino superior e na educação profissional e tecnológica para estudantes egressos da escola pública, além de contar com reservas para pessoas de famílias de baixa renda, autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Com a alteração proposta pela Lei nº 13.409/2016, também passou a ter cotas para pessoas com deficiência (PcD).

Entende-se que é necessário um processo diferenciado de orientação aos estudantes candidatos às vagas ofertadas pelo IFRS. Diversos fatores apontam à pertinência de uma orientação mais didática e elaborada, como: a complexidade do processo seletivo, com suas múltiplas formas de seleção; a quantidade extensa de regras e normas que norteiam o exame; o perfil dos estudantes jovens que se identificam mais com as formas digitais de aprendizagem; o alto número de desistência no transcurso do processo seletivo, além da elevada quantidade de erros de inscrição, que acabam prejudicando o candidato na escolha do curso e da modalidade de seleção.

⁴ Todas as informações sobre os processos seletivos do IFRS estão no site <https://ingresso.ifrs.edu.br/>

Embora a lei de cotas e as ações afirmativas implantadas no IFRS tenham ampliado significativamente a oportunidade de inclusão – facilitando o acesso das PcD, autodeclarados pretos, pardos e indígenas, pessoas de baixa renda e estudantes egressos da escola pública – a burocratização dos processos seletivos, com os editais e sistemas de inscrição, muitas vezes complexos para os candidatos, são fatores de entraves, que acabam dificultando o acesso. Por isso, a importância de se desenvolver outras estratégias de orientação sobre o acesso à instituição.

Diante desse contexto, definiu-se como questão central da investigação: *considerando a forma como é estruturado o Processo de Ingresso Discente no IFRS, na perspectiva das políticas públicas de ampliação e democratização do acesso ao ensino público federal brasileiro, como melhorar a orientação aos estudantes interessados em participar do processo seletivo no IFRS campus Bento Gonçalves a partir da criação de um Guia de Acesso? De que forma um Guia poderia melhorar o acesso ao processo seletivo no IFRS?* A fim de abordar tal problemática, definiu-se como objetivo geral da pesquisa: desenvolver estratégias com vistas à melhoria do processo de ingresso discente, de modo a orientar os estudantes sobre a natureza do processo seletivo realizado na instituição.

O presente artigo contempla a seguinte estrutura: o referencial teórico, onde é feita uma análise dos conceitos e autores que abordam as temáticas do acesso, igualdade, justiça, meritocracia e democratização do ensino; a caracterização metodológica, com a justificação das ferramentas e técnicas utilizadas; a análise de conteúdo, abordando os resultados das entrevistas e questionários, e a construção do Guia de Acesso, tendo em vista o objetivo de desenvolver estratégias com vistas à melhoria do processo de ingresso discente; no resultados e discussões, apresenta-se a síntese interpretativa dos objetivos da pesquisa e um balanço dos resultados atingidos.

REFERENCIAL TEÓRICO: O ACESSO NA EDUCAÇÃO, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

O presente estudo foi embasado a partir de autores que discutem os temas da democratização do acesso no ensino público brasileiro, as políticas públicas da EPT e as

questões relativas à igualdade e desigualdade na educação pública brasileira. Dessa forma, serão apresentadas as análises teóricas que fundamentaram a pesquisa.

Desigualdade Social: (in)justiça meritocrática

A temática do acesso à Educação Profissional e Tecnológica foi analisada a partir das categorias teóricas da igualdade e da inclusão. Numa sociedade democrática todos são iguais e tem direito ao acesso aos bens públicos, como é o caso da educação. Nesse sentido, Santos (1999), explica como se dá a relação igualdade e desigualdade, inclusão e exclusão, na sociedade capitalista contemporânea. Segundo esse autor, a modernidade, na medida em que foi pautada pelo desenvolvimento do capitalismo, por um lado, manteve os ideais de emancipação e igualdade social, mas por outro, foi desenvolvendo um sistema regulatório, onde foram geridos processos de exclusão e desigualdade, frutos do modo de produção capitalista. É fundamental compreender esse processo de desigualdade e exclusão para entender em que medida o acesso à educação pública pode ser entendido ou como inclusão ou como igualdade na sociedade capitalista.

Para Santos (1999), há um dispositivo ideológico de luta contra a desigualdade e a exclusão: é o universalismo, que se processa de duas formas: negação das diferenças (igualdade), absolutização das diferenças (inclusão). As políticas sociais do Estado-Providência representaram, na modernidade capitalista, a aplicação do princípio do universalismo, seja para reduzir a desigualdade, com políticas de cidadania e direitos humanos, seja para reduzir a exclusão, com políticas de reinserção social. Portanto, é o Estado o responsável pelo equilíbrio do sistema de desigualdade e exclusão. A função do Estado é justamente gerar igualdade, sem acabar com a desigualdade e gerar inclusão sem acabar com a exclusão.

No que respeita à desigualdade, a função consiste em manter a desigualdade dentro dos limites que não inviabilizem a integração subordinada. No que respeita à exclusão, a função consiste em distinguir, entre as diferentes formas de exclusão, aquelas que devem ser objeto de assimilação ou, pelo contrário, objeto de segregação, expulsão ou extermínio (SANTOS, 1999, p. 7).

Ou seja, as políticas públicas do Estado Capitalista não resolvem a desigualdade e a exclusão, que tem suas raízes no princípio regulatório do sistema capitalista. Assim, também podemos compreender melhor as políticas de ampliação do acesso ao ensino público. Na medida em que ampliam e estendem direitos a grupos que antes não conseguiam ingressar numa instituição de ensino, esses grupos saem do sistema de inclusão-exclusão. Contudo, são inseridos no sistema igualdade-desigualdade, pois dentro dos sistemas educacionais haverá ainda uma hierarquia a separar os indivíduos. Portanto, o acesso pode resolver o problema da exclusão, mas ainda não atinge a questão da desigualdade.

Analisar as políticas de acesso e permanência na escola pública implica também em compreender criticamente as características do sistema público de ensino, enquanto algo que, ao invés de promover a igualdade social, acaba gerando mais desigualdade ao considerar somente o critério do mérito acadêmico como condição de acesso para a educação pública. Nas sociedades democráticas, os sistemas de ensino sempre carregaram um certo otimismo com relação as noções de igualdade e meritocracia. Tratando todos como iguais, a escola seria a instituição que, por excelência, representaria o ideal democrático de dar a todos a oportunidade de conquista a partir do esforço e mérito individual. Nessa perspectiva, a escolarização é vista como uma oportunidade de ascensão e mobilidade social (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002).

Com os estudos de Pierre Bourdieu na década de 1960, tem início a desconstrução dessa falácia, introjetada dentro dos sistemas de ensino. O autor irá demonstrar como o desempenho escolar não depende do esforço individual, mas é determinado pela origem social dos alunos. Ocorre, então, uma inversão de perspectiva. A educação não é baseada na justiça social, meritocracia e igualdade de oportunidades, mas sim num sistema que legitima e reproduz a desigualdade educacional e social. Nessa perspectiva, Bourdieu (2007), demonstrou como as desigualdades sociais são reforçadas dentro dos sistemas de ensino. O desempenho escolar, longe de ser um esforço individual, está mais determinado pela origem social dos alunos.

É provavelmente por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da “escola libertadora”, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos

fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural (BOURDIEU, 2007, p. 41).

Para Bourdieu (2007), o indivíduo possui uma bagagem herdada, que inclui o capital econômico, social e cultural. Sendo que o capital cultural é o elemento de maior impacto na definição do destino escolar do indivíduo, pois ele é determinante na aprendizagem de conteúdos e domínio dos códigos escolares. Além disso, o capital cultural favorece o sucesso escolar porque traz mais vantagens nos processos de avaliação, pois esses são, na verdade, julgamentos culturais, mais do que escolares. O capital econômico e o capital social, nessa perspectiva, são meios para as famílias adquirirem e acumularem mais capital cultural, na medida em que podem frequentar determinados estabelecimentos de ensino e ter acesso aos bens culturais de maior valor.

Cada família, classe ou grupo social possui um conjunto de estruturas objetivas que criam um sistema de disposições para ação do indivíduo, na forma de *habitus*. Os grupos sociais têm um acúmulo histórico de experiências de sucesso e fracasso escolar. Esse conjunto de experiências forma um conhecimento prático, às vezes não consciente, criando assim estratégias de ação do sujeito dentro da realidade social que se apresenta. O *habitus* é formado justamente pelo conjunto de estratégias, viáveis e adequadas, adotadas pelo grupo e incorporadas pelo sujeito (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002).

Dubet (2004) também abordou as noções de justiça e igualdade relacionadas à escola. O que é, afinal, uma escola justa? Aquela que é puramente meritocrática, promovendo competição entre indivíduos desiguais, ou a que compensa as desigualdades, dando mais chance aos que tem menos? Conforme Dubet (2004), nas sociedades democráticas o mérito sempre foi utilizado pela escola como critério de justiça.

Contudo, sabe-se que o critério do mérito esbarra no problema da igualdade de oportunidades. Numa sociedade onde há divisão e desigualdade, social, econômica e educacional, não haverá uma competição justa, ou seja, alguns sairão na frente na disputa. Mesmo garantido o acesso à educação básica, não significa que serão reduzidas as diferenças. A universalização do acesso é apenas uma condição formal da igualdade

de oportunidades, as diferenças materiais continuam a determinar o sucesso/fracasso escolar.

O modelo meritocrático está longe, portanto, de sua realização; a competição não é perfeitamente justa. Em uma palavra: quanto mais favorecido o meio do qual o aluno se origina, maior sua probabilidade de ser um bom aluno, quanto mais ele for um bom aluno, maior será sua possibilidade de aceder a uma educação melhor, mais diplomas ele obterá e mais ele será favorecido... (DUBET, 2004, p. 543).

O sistema de ensino, que se pretende justo e igualitário, ao utilizar o critério meritocrático puro, legitima as desigualdades sociais. Os vencidos e fracassados nas disputas meritocráticas são cada vez mais excluídos do sistema e, ao invés de serem tratados como vítimas de uma competição injusta, são considerados responsáveis pelo seu próprio fracasso. Diante disso, questiona Dubet: “O mérito é outra coisa além da transformação da herança em virtude individual? Ele é outra coisa além de um modo de legitimar as desigualdades e o poder dos dirigentes?” (2004, p. 544). Vê-se que a análise crítica dos sistemas de seleção acaba por desmontar a falácia da meritocracia que, ao invés de representar justiça, torna-se a real promotora da injustiça e exclusão educacional.

Democracia e democratização, o acesso para além do ingresso

Os conceitos de igualdade e de justiça nos sistemas de ensino estão na base da democracia. Por isso, o acesso justo e igualitário ao ensino público é uma norma democrática a ser seguida. Nesse viés, Silva e Veloso (2013a) analisam o acesso ao ensino público a partir da noção de democratização. Segundo essa análise teórica, a democracia é usufruir coletivamente dos bens produzidos socialmente. Nesse sentido, numa democracia capitalista a partilha da riqueza ocorre somente de forma parcial. A partir disso, entende-se que a “democratização significa um processo de consubstanciação da democracia, uma junção de esforços para o seu alcance, avanços no interior da sociedade atual, aquilo que engendra mudanças na perspectiva da democracia efetiva” (SILVA; VELOSO, 2013a, p. 425).

A necessidade de se definir, além do plano teórico, as práticas sociais que estarão vinculados ao significado de democratização é enfatizada por Carvalho (2004).

“Ao definir democratização como ‘a universalização de oportunidades’ ou como ‘o cultivo da liberdade do educando’, não se marca apenas uma diferença conceitual no plano teórico, mas, sobretudo, busca-se uma adesão às práticas sociais que se consideram mais valorosas” (CARVALHO, 2004, p. 329). Nessa perspectiva, ele defende a democratização como política pública, ou seja, ações que visem ampliar o acesso e a permanência na escola pública.

É nesse sentido que devemos entender a democratização da escola não como uma reforma pedagógica que visa alterar as relações pessoais internas à instituição, mas uma política pública que vise ampliar o direito à escolarização. Por essa razão, não pode haver democratização do ensino sem esforços sistemáticos para o acesso e a permanência de todos nas escolas (CARVALHO, 2004, p. 333).

Os mecanismos utilizados pelas instituições para selecionar e classificar os estudantes também devem ser considerados quando se analisa o acesso e a democratização ao ensino público. Veloso e Luz (2013) destacam que o mérito sempre foi o critério e o mecanismo utilizado para selecionar os estudantes, sobretudo, para o ensino superior.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), também faz menção ao critério do mérito: o Art. 208 define que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: “V- acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (BRASIL, 1996) utiliza a expressão processo seletivo em vez de vestibular, contudo a função continuou sendo classificatória de caráter meritocrático.

A fim de apresentar um entendimento mais amplo do significado desse conceito no contexto das políticas educacionais, Silva e Veloso (2013b) analisam com maior precisão a categoria ‘acesso’.

Segue-se que, numa definição preliminar e abrangente, acesso significa “fazer parte”; por conseguinte, remete à inserção, participação, acolhimento. Entretanto, o acesso pode ser entendido mais profundamente, de forma a transcender a contradição que emerge dessa compreensão, que se relaciona à dualidade “incluído/excluído”, “integrado/não integrado”, “parte/todo”. Acesso, num sentido mais profundo, refere-se a um pertencimento que se liga indissociavelmente ao senso de

coletividade/universalidade e à *práxis* criativa (SILVA; VELOSO, 2013b, p. 729).

As autoras enfatizam que, no caso do acesso ao ensino público, não basta considerar a etapa do *ingresso* (do processo seletivo), mas sim levar em conta a dimensão da *permanência* do estudante e também para a *qualidade da formação*. Assim, pode-se considerar o acesso a partir dessas dimensões: ingresso, permanência e qualidade (SILVA; VELOSO, 2013b).

O Acesso na Educação Profissional e Tecnológica

Embora o problema do acesso e dos processos de ingresso sejam abordados em sua maioria na perspectiva do ensino superior, é importante destacar que também no acesso às instituições de Rede Federal EPT, nos cursos técnicos e superiores, o ingresso também se dá mediante formas de seleção e classificação. Nesse sentido, muitos cursos técnicos ofertados pela Rede, têm historicamente um alto índice de disputa e seletividade.

Conforme Coutinho e Melo:

Os processos seletivos para os cursos técnicos surgiram a partir da criação das Escolas de Aprendizes Artífices, no ano de 1909, e são realizados por meio de um edital que define critérios para classificação, seleção e aprovação dos alunos. A seleção por provas é o mecanismo mais tradicional de ingresso e apresenta as mais altas taxas de seletividade e exclusão social. Esses concursos acentuam essas diferenças e restringem as oportunidades para aqueles que, por cursarem escolas de melhor padrão de qualidade, conseguem ser selecionados nos exames, contribuindo para a reprodução e a manutenção das desigualdades sociais (COUTINHO; MELO, 2011, p. 23).

Inicialmente, nas Escolas de Aprendizes e Artífices o critério de seleção era a renda, sendo que os candidatos deveriam comprovar carência econômica. A partir de 1942, quando as instituições foram transformadas em Escolas Técnicas, passou a ser utilizado o critério do mérito individual, verificado através de exame de seleção. Em 1961, ocorreu um aumento na procura pelos cursos técnicos, pois passou a ser adotada a equivalência entre cursos técnicos e educação propedêutica, sendo que as duas formas davam acesso ao ensino superior. Com a compulsoriedade do ensino médio profissional, no ano de 1971, a procura pelos cursos ofertados pela Rede Federal EPT aumentou

consideravelmente, devido a qualidade dos mesmos e a infraestrutura das instituições. As alterações na organização da Rede EPT em 1997 e 2004, também não modificaram o aspecto meritocrático que caracteriza o acesso a essas instituições. Portanto, é necessário considerar esses fatores para compreender as dificuldades e condicionantes relacionadas ao acesso, não como uma simples etapa, mas no contexto de outros fatores sociais, econômicos e culturais (MOURA, 2007).

Tendo presente essa característica do acesso à Rede Federal EPT, Kuenzer (2011) desenvolve a categoria ‘dualidade invertida’ para analisar a situação atual do ensino médio no país. Essa etapa educacional tem oferta predominantemente pública na rede estadual, na forma de educação geral e propedêutica. O ensino estadual, na maioria das vezes noturno, acaba sendo a única opção para os jovens em situação de vulnerabilidade. Por isso Kuenzer defende que, a partir de 1990, ocorreu a inversão da dualidade, que antes

[...] apresentava a escola média de educação geral para a burguesia e a escola profissional para os trabalhadores. E, dadas as condições de precarização das escolas médias públicas que atendem os que vivem do trabalho, tenho como hipótese que a educação geral, antes reservada à elite, quando disponibilizada aos trabalhadores, banalizou-se e desqualificou-se. Esse modelo começou a ser invertido desde a metade dos anos 90, na esteira das políticas do Banco Mundial para os países pobres, propondo a oferta de educação geral aos jovens, que não deveriam se profissionalizar precocemente (KUENZER, 2011, p. 50).

Considerando essa situação da escola média brasileira, de ensino propedêutico precário, destinada majoritariamente para a classe trabalhadora, a educação profissional e tecnológica de qualidade, ofertada pela Rede Federal, acaba sendo usufruída muitas vezes pelos jovens da classe média. No ensino médio técnico da Rede Federal os jovens encontram uma educação integral que possibilita um futuro ingresso no mundo do trabalho e a continuidade dos estudos em nível superior. Dessa forma, é fundamental democratizar o acesso à educação profissional e tecnológica para a classe trabalhadora, a fim de que também tenham condições de usufruir de um ensino de qualidade.

O surgimento dos Institutos Federais, a partir de 2008, trouxe para a Rede Federal de EPT, novas perspectivas para a questão do acesso ao ensino público. Os Institutos Federais, como locais onde convergem experiências do mundo do trabalho, de

pesquisas tecnológicas e práticas inovadoras de cunho político e social, vão além de uma tradicional escola técnica, mas também não são universidades, pois buscam interagir teoria e prática, visando um processo integrado de formação do ser humano.

Na arena de disputa das políticas públicas, essa nova configuração da Rede Federal significou, além da expansão de cursos e vagas, uma variedade de ações e funções, que pode ser vista como um processo de inclusão excludente, já apontado por Kuenzer (2010). Do lado do mercado há um processo de *exclusão includente*: exclusão da força de trabalho dos postos reestruturados, para incluí-las de forma precarizada em outros pontos da cadeia produtiva. Ao passo que do lado do sistema educacional há um processo de *inclusão excludente*: tem aumentado a inclusão nas diversas modalidades de educação disponibilizada para os que vivem do trabalho, mas precarizam-se os processos educativos, que resultam em mera oportunidade de certificação, o que apenas favorece inclusão subordinada ao longo das cadeias produtivas.

Assim, é necessário ter presente que, aumentar as formas de inclusão e de acesso ao ensino de EPT, não implica necessariamente numa transformação substantiva na vida das pessoas, pois, muitas vezes, o que ocorre é uma inclusão subordinada, onde o simples ingresso nos cursos não garante a permanência, nem a qualidade da formação. No entanto, como enfatizam Ambrosini e Escott:

Essas dificuldades não tiram o mérito da política dos Institutos Federais, enquanto promotora de um maior acesso e democratização da EPT, mas, como foi analisado antes, é fundamental considerar essas dificuldades a fim de se construir um acesso pleno dos estudantes, de modo que os Institutos Federais não sejam apenas uma porta de ingresso e que, por diversos fatores, acaba sendo somente uma porta giratória, ou seja, de entrada e logo saída (AMBROSINI; ESCOTT, 2018, p. 22).

Sendo assim, a partir dessa análise teórica, já podemos inferir a necessidade de se desenvolver, junto às instituições da Rede Federal de EPT, ações e estratégias que visem tornar os sistemas de seleção mais inclusivos e democráticos. Para isso, é fundamental superar a lógica meritocrática dos processos de ingresso discente, é necessário também desenvolver estratégias de orientação aos estudantes que almejam uma oportunidade de ensino público federal como, por exemplo, tornar mais claras as

regras dos editais, mostrando as formas de acesso através das cotas e ações afirmativas, além das políticas de assistência estudantil, para que o público historicamente excluído tenha de fato pleno acesso ao ensino público federal.

METODOLOGIA

A pesquisa caracterizou-se como aplicada de cunho qualitativo e exploratório. Entende-se por pesquisa aplicada aquela que “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais” (GERHARDT, 2009, p. 35). Conforme Minayo (2002): “A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado” (p. 21-22).

Ainda, considera-se essa investigação de cunho exploratório, uma vez que na pesquisa exploratória:

Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão” (GIL, 2002, p. 41).

As ferramentas e técnicas utilizadas foram a análise documental, pesquisa bibliográfica, entrevistas e questionários.

Os sujeitos da pesquisa foram candidatos aos cursos técnicos e superiores no Processo de Ingresso Discente do IFRS – campus Bento Gonçalves nos anos de 2018/1, 2018/2 e 2019/1, bem como servidores do referido campus diretamente ligados com as ações inerentes do ingresso discente.

Foram realizados questionários descritivos com servidores do IFRS campus Bento Gonçalves, que atuam na Comissão de Ingresso Discente, com o objetivo de identificar a percepção dos mesmos em relação ao Processo de Ingresso Discente do IFRS. Também foram realizadas duas entrevistas, uma com o servidor que atua no departamento de comunicação da reitoria que trabalha na divulgação do processo seletivo e a outra com o servidor responsável pela Diretoria de Assuntos Estudantis.

Ambos os servidores são lotados na Reitoria do IFRS. O objetivo foi identificar a percepção dos servidores em relação ao Processo de Ingresso Discente do IFRS.

Os questionários foram aplicados, inicialmente, com candidatos às edições de 2018/1 e 2018/2 do Processo Seletivo do IFRS campus Bento Gonçalves, com o objetivo de identificar a percepção de estudantes em relação ao Processo de Ingresso Discente do IFRS, buscando levantar as dificuldades encontradas por eles no transcorrer das etapas do processo.

Além disso, foi também realizado um questionário, de forma eletrônica, aos estudantes que realizaram o processo seletivo 2019/1. A aplicação desse questionário se deu no transcurso do processo, mais precisamente, na etapa das matrículas. Os estudantes tiveram acesso a uma versão prévia do Guia de Acesso, de modo que puderam apontar elementos positivos e também fatores a serem aperfeiçoados no Guia. Posteriormente, a partir do aperfeiçoamento do Guia de Acesso, estudantes que realizaram o processo seletivo 2019/1 avaliaram o produto educacional.

Ressalta-se que as entrevistas foram realizadas presencialmente. Quanto aos questionários, os mesmos foram disponibilizados de forma eletrônica na plataforma *google docs*, de modo que os servidores e os estudantes tiveram acesso aos questionários a partir do e-mail. No caso dos servidores, o questionário foi encaminhado para o e-mail institucional e, no caso dos estudantes, os questionários foram encaminhados para os endereços de e-mail informados pelos próprios estudantes no momento da inscrição do processo seletivo.

ANÁLISE DOS DADOS E CONSTRUÇÃO DO GUIA DE ACESSO

A partir do conjunto de dados levantados nos questionários e entrevistas, foi feita a análise dos dados. A análise de dados, conforme Minayo (2002, p. 69), tem a finalidade de “[...] estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte”.

Para atingir tal finalidade, com base nos dados coletados nas entrevistas e questionários, a análise foi operacionalizada nas seguintes fases:

- a) Ordenação dos dados: transcrição, organização e mapeamento de todos os dados obtidos.
- b) Classificação dos dados: com base no que será constado como relevante nos dados, serão elaboradas categorias específicas.
- c) Análise dos dados: articulação entre os dados e o referencial teórico, relação entre o concreto e o abstrato.

O fenômeno do processo de ingresso discente, aqui estudado, foi analisado nas diferentes opiniões e manifestações dos servidores e estudantes que contribuíram com o estudo. Assim, as respostas obtidas foram consideradas tendo em vista a construção do produto educacional (Guia de Acesso), de modo a desenvolver uma forma de orientação sobre o processo seletivo.

Os questionários e as entrevistas foram fundamentais para coletar as percepções contidas nas falas dos atores que vivenciam o fenômeno estudado, sejam os estudantes candidatos ou os servidores envolvidos com o processo seletivo. A pesquisa identificou as principais opiniões, crenças, interesses e expectativas dos sujeitos, sempre levando em consideração as suas vivências.

Ordenação dos dados

Os dados da pesquisa foram ordenados de acordo com tipo ou instrumento de coleta, os sujeitos envolvidos, o quantitativo de sujeitos no qual a respectiva coleta foi realizada e a quantidade de respostas obtidas.

Embora a pesquisa tenha sido caracterizada como qualitativa, é preciso destacar o baixo número de respondentes do questionário aplicado aos estudantes dos processos seletivos 2018/1 e 2018/2 em contraponto aos números de respostas dos candidatos de 2019/1. Atribui-se esse baixo número de repostas ao fato de que, quando foi aplicado o questionário, ambos os processos já haviam sido concluídos e, portanto, os estudantes não estavam mais acompanhando as informações sobre o processo de ingresso discente. No entanto, destaca-se como significativo que 36,5% de respostas foram de estudantes

não aprovados nesses processos seletivos, obtendo-se uma margem considerável de opiniões de quem foi reprovado.

Quadro 1: Síntese dos instrumentos e participantes da pesquisa

Tipo de coleta	Sujeitos	Quantidade Enviada	Respostas Obtidas
Questionário Descritivo	Servidores que atuam na comissão de processo seletivo	10	8
Entrevista	Servidores envolvidos com o processo seletivo – assistência estudantil e comunicação	2	2
Questionário eletrônico	Candidatos que prestaram os processos seletivos 2018/1 e 2018/2	1529	57
Questionário eletrônico	Candidatos que prestaram o processo seletivo 2019/1	1181	80
Questionário eletrônico avaliativo	Candidatos que prestaram o processo seletivo 2019/1	1181	27

Fonte: Organizado pelos autores.

Observou-se que o quantitativo de resposta, referente aos questionários aplicados ao mesmo grupo de estudantes, que fizeram o processo seletivo 2019/1, baixou de 80 para 27. Atribui-se essa redução ao fato de o processo seletivo já estar concluído. Nesse caso, os estudantes não estavam mais acompanhando as informações sobre o ingresso discente. Contudo, das 27 respostas do questionário avaliativo, 14 foram de estudantes reprovados, enfatizando a importância da opinião de quem não obteve êxito no sistema de seleção.

Classificação dos dados

Na sistematização dos dados coletados em cada instrumento, foram selecionados os mais relevantes, de acordo com os objetivos da pesquisa. A partir dessa seleção de dados, foram estabelecidas algumas categorias principais.

Quadro 2: Sistematização das categorias de pesquisa

Tipo de coleta	Sujeitos	Categorias escolhidas
Questionário Descritivo	Servidores que atuam na comissão de processo seletivo	Orientação, Compreensão, Clareza, Linguagem
Entrevista	Servidores envolvidos com o processo seletivo – assistência estudantil e comunicação	Interesse, Informação, Orientação, Cotas, Democratização, Integração, Permanência, Aperfeiçoamento
Questionário eletrônico	Candidatos que prestaram os processos seletivos 2018/1 e 2018/2	Site do campus, Cotas, Informação, Entendimento, Clareza
Questionário eletrônico	Candidatos que prestaram o processo seletivo 2019/1	Site do campus, Informação, Digital, Prova, Matrícula, Cotas, Linguagem, Conteúdo, Entendimento, Compreensão

Fonte: Organizado pelos autores.

A partir da coleta de dados, o fenômeno do acesso ao IFRS campus Bento Gonçalves aparece retratado com uma forte ênfase no ingresso, ou seja, no que diz respeito ao processo seletivo. Os aspectos da permanência, que incluiriam as ações de assistência estudantil, e o aspecto da qualidade do ensino, onde estariam as ações de ensino, pesquisa e extensão, são muito pouco evidenciados, mostrando que a visão dos sujeitos sobre o acesso está ainda restrita ao processo de ingresso discente. Também fica evidente que os pontos a serem aperfeiçoados dizem respeito à informação e orientação que se dá aos estudantes candidatos. Isso fica reforçado quando os próprios estudantes também declararam ter dificuldade na compreensão e entendimento, em algum aspecto, do sistema de ingresso.

Análise dos dados

Considerando o objetivo de desenvolver estratégias com vistas à melhoria do processo de ingresso discente, para facilitar o ingresso dos estudantes no IFRS campus Bento Gonçalves, as categorias de análise foram divididas em três eixos, seguindo a classificação de Kaplun (2003):

- I. Conceitual: elementos da base teórica e princípios que norteiam o processo de ingresso discente.
- II. Pedagógico: estratégias didáticas de como a orientação e a explicação sobre o ingresso pode ser melhorada.
- III. Comunicacional: meios de transmissão, plataforma ou ferramentas que podem ser utilizadas para disponibilizar o Guia de Acesso.

Categorias do eixo Conceitual:

- a) Acesso: compreensão do acesso ao ensino para além do sistema de ingresso, de modo a incluir no conceito de acesso também a permanência do estudante e a qualidade do ensino.
- b) Igualdade: o acesso ao ensino público precisa considerar também a desigualdade estrutural presente na sociedade brasileira, que se reflete nos sistemas de ensino, por isso, a ênfase nas ações afirmativas e reservas de vaga para estudantes provenientes das escolas públicas.
- c) Democratização: o conceito reflete uma concepção de democracia que não está dada e concluída, mas precisa ser construída e efetivada. Diz respeito a expansão do pleno acesso ao ensino público de qualidade, que exigem ações concretas do poder público para atender essa finalidade.

Categorias do eixo Pedagógico:

- a) Orientação: o Guia de Acesso foi estruturado com a intenção de orientar os estudantes, ou seja, sendo mais que uma forma de divulgação, sua finalidade é explicar as maneiras de ingressar na instituição e melhorar o acesso do futuro estudante.
- b) Entendimento: o Guia de Acesso deve ajudar as pessoas no entendimento das diversas modalidades de acesso, as ações afirmativas, as cotas, as estratégias de permanência e as estruturas oferecidas aos estudantes.
- c) Compreensão: entre a finalidade de ingressar na instituição e a intenção inicial de buscar os meios necessários para atingir tal fim, o Guia de Acesso servirá como ferramenta de mediação, contribuindo para a compreensão dos futuros estudantes, mostrando os diversos meios e formas de acesso.

Categorias do eixo Comunicacional:

- a) Site: o site do campus Bento Gonçalves foi detectado na pesquisa como uma das principais fontes de informação sobre o acesso. O fato das pessoas acessarem o site durante o decorrer do ano, indica a necessidade de uma ferramenta permanente que possa servir de orientação para as pessoas que desejam se informar sobre o acesso à instituição.
- b) Linguagem: Foi constatado pela pesquisa, sobretudo pelas respostas dos estudantes, a necessidade de se construir uma comunicação mais próxima e objetiva, que seja familiar a linguagem do estudante. Desse modo, o desenvolvimento do Guia de Acesso, exige a construção de explicações sobre o sistema de ingresso que sejam de fácil compreensão, evitando, sempre que possível, a linguagem técnica do edital.
- c) Formato digital: para cumprir os objetivos de orientar e facilitar o acesso dos estudantes, o Guia deve ter um formato que contemple todo o conteúdo necessário para orientar sobre as formas de acessar a instituição, sobre as estruturas de permanência e qualidade do ensino, além de trazer informações, de forma clara e objetiva, sobre cada curso ofertado. O formato também deve ter uma linguagem acessível, que facilite o entendimento dos estudantes, e também uma característica visual que estimule a leitura do material. O formato de Guia, em arquivo digital, possibilita também a publicação do mesmo no site da instituição.

Desenvolvimento do produto educacional

A partir dos elementos citados, foi elaborado o Guia de Acesso⁵, inicialmente, considerando os aspectos conceituais. Dessa forma, foram elencadas as definições e conceitos que seriam fundamentais no Guia. O conteúdo do Guia foi desenvolvido pensando no conceito de acesso, de modo a englobar o ingresso, a permanência e a qualidade do ensino. Por isso, mais que uma explicação do edital, o Guia cumpre a função de apresentar as características e peculiaridades da educação profissional e tecnológica ofertada no IFRS campus Bento Gonçalves.

⁵ Guia de Acesso Estude no IFRS BG, produto educacional disponível no repositório EduCapés: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/433604>

A partir da classificação dos dados, foi destacada a importância do site do campus na busca de informações sobre o processo seletivo. Embora todas as informações do processo seletivo se concentrem no site do ingresso, as pessoas têm uma vinculação forte com a instituição e por isso parecem buscar o próprio site do campus para obter orientações. Observou-se que as redes sociais não são consideradas como fontes de orientação, servindo mais como divulgação na etapa inicial do processo. Portanto, optou-se pela utilização de meio digital, disponibilizado o Guia na página do IFRS campus Bento Gonçalves.

Após definir o conteúdo, o próximo passo foi dar um visual atrativo ao Guia de Acesso, de modo que o material ficasse esteticamente agradável. Para isso foi elaborado um design do produto, considerando também a questão da acessibilidade virtual, de modo a garantir acesso pleno ao produto educacional. O Guia foi construído seguindo as recomendações do Manual de Acessibilidade em Documentos Digitais (2017), elaborado pelo Centro Tecnológico de Acessibilidade do IFRS. Assim, houve a preocupação na descrição das imagens, no uso da fonte, no visual do texto, de modo a proporcionar um acesso pleno, facilitando a navegação por parte dos leitores de tela (programas utilizados pelos cegos), colaborando assim com a inclusão social.

Outro elemento importante foi a linguagem utilizada e a formatação visual do Guia de Acesso. Com o título, “Estude no IFRS BG”, o Guia é um material convidativo que faz uso de uma linguagem coloquial, explicando de forma clara e didática os principais pontos sobre o ingresso, permanência e qualidade do ensino. As cores também foram pensadas no intuito de distinguir os assuntos e temas do conteúdo do Guia, facilitando o leitor compreender o material.

Ao construir o Guia de Acesso observou-se também a utilização da linguagem inclusiva, entendida como uma proposta para construir uma cultura que promova a igualdade de tratamento entre mulheres e homens (TOLEDO, 2018). Dessa forma, evitou-se o gênero masculino como sendo neutro e universal, optando-se pela flexão de gênero. Isso evita o problema da invisibilidade do gênero feminino. "O masculino é masculino e não neutro [...] O conjunto da humanidade está formado por mulheres e

homens, mas em nenhum caso a palavra “homem” representa a mulher. Para que a mulher esteja representada é necessário nomeá-la.” (FRANCO; CERVERA, 2006)

Avaliação do produto educacional

A avaliação do produto educacional foi realizada com estudantes que prestaram o processo seletivo 2019/1, essa foi feita com questionário objetivo e um espaço para manifestação livre. Na intenção de priorizar múltiplas visões sobre o Guia de Acesso, o produto educacional foi disponibilizado em um link para todos os referidos estudantes, incluindo os aprovados e reprovados. Considerando que a participação desses foi voluntária, foi facultado a eles responderem o questionário e apresentarem suas considerações de forma eletrônica, via e-mail, na plataforma *google docs*. Sendo remetida aos 1.181 (mil cento e oitenta e um) candidatos que prestaram o processo seletivo 2019/1. Desse total, contribuíram com a avaliação 27 (vinte sete) estudantes.

Os elementos verificados, se basearam na proposta de avaliação coletiva de produtos educacionais, elaborada por Leite (2018). A autora considera os materiais educativos como objetos facilitadores da experiência de aprendizado, e sua elaboração requer pesquisa para conhecer os sujeitos envolvidos no processo. Nessa perspectiva, os produtos educacionais reúnem três características: conceitual, pedagógica e comunicacional. Considerando essa abordagem para avaliar o produto educacional, foi elaborado um formulário a partir dos seguintes eixos:

- a) Estética e organização do Guia
- b) Tamanho e capítulos do Guia
- c) Linguagem apresentado no Guia
- d) Conteúdo apresentado no Guia
- e) Aspecto didático apresentado no Guia

Dos 27 estudantes que contribuíram na avaliação, 14 foram reprovados na prova e 13 foram aprovados. De um modo geral, a avaliação apontou para mais de 80% de impressões satisfatórias e excelentes no aspecto *estético*. Com relação ao *tamanho*, mais de 51% acharam o Guia satisfatório e 25% excelente. No aspecto da *linguagem*, 48% consideraram excelente, e 40% satisfatório. A respeito do *conteúdo* do Guia, 68%

declararam ser excelente e 18% satisfatório. No elemento *didático*, 51% apontaram ser excelente e 37% satisfatório. Portanto, na média, entre os cinco elementos avaliados, mais de 80% opinaram como excelente e satisfatório, demonstrando uma boa aceitação do Guia de Acesso, por parte dos estudantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

É fato que entre 2003 e 2015 – com maior investimento em educação pública, expansão da Rede Federal, ampliação de cursos, vagas e modalidades de ensino, além da implementação do sistema de cotas para estudantes egressos de escola pública – houve uma ampliação da democratização no acesso ao ensino público federal. Contudo, é importante ressaltar que os mecanismos meritocráticos de seleção ainda predominam como forma de ingresso. É justamente a partir da utilização do mérito acadêmico como único critério para promover o acesso à educação que se produz a exclusão educacional. Não é só a falta de vagas ou as dificuldades econômicas que levam o pobre a deixar de estudar numa Universidade pública ou Instituto Federal, mas, principalmente, o pressuposto de que o exame de seleção é uma forma justa e igualitária de promover o acesso. Ao contrário, tratando todos como iguais, essas avaliações mascaram as desigualdades, não só econômicas, mas também culturais. Essa injustiça é legitimada nas avaliações meritocráticas dos vestibulares e processos seletivos. Desse modo, o sistema de ensino chancela, pela via formal, as desigualdades reais de caráter econômico, social e cultural.

As desigualdades promovidas pela meritocracia mostram que a porta continua estreita para os mais desfavorecidos. Nesse sentido, o presente estudo, mais do que simplesmente indicar o caminho para essa porta estreita, também buscou alargar as formas de ingresso, na medida em que o Guia de Acesso pode ser visto como uma alternativa para superar as barreiras e limites que são impostas pelos processos seletivos. A construção do Guia de Acesso, como uma estratégia de melhorar a orientação para as pessoas que almejam ingressar no IFRS campus Bento Gonçalves, a partir de uma forma mais clara, de fácil entendimento, descomplicando as regras dos editais, qualificou o sistema de ingresso discente, colaborando com a democratização do acesso nos cursos do IFRS campus Bento Gonçalves.

No transcorrer da pesquisa foi analisado o processo de ingresso discente aplicado no IFRS campus Bento Gonçalves. O fenômeno do acesso ao ensino em EPT foi estudado no intuito de compreender as formas e as estruturas de ingresso na Instituição, tendo em vista o objetivo principal de desenvolver estratégias com vistas à melhoria do processo de ingresso discente, proporcionado uma compreensão mais clara do processo seletivo, das formas de ingresso e das regras dos editais. Esse estudo apontou que, além da avaliação meritocrática, o estudante se depara com as burocracias dos editais, a dificuldade de entender as formas de ingresso e o sistema de cotas. Isso prejudica o acesso aos cursos, pois muitas pessoas acabam se inscrevendo na opção errada ou não participando do sistema de cotas por falta de informação adequada. Somado a isso, observou-se que as ações de assistência estudantil, as bolsas de auxílio, os projetos de ensino, pesquisa e extensão, eram informações muito pouco divulgadas entre os estudantes candidatos, desestimulando, muitas vezes, o interesse em ingressar na Instituição.

O resultado da avaliação demonstrou que o Guia apresenta uma orientação mais didática, clara e objetiva para facilitar a compreensão do processo seletivo por parte dos estudantes candidatos, contribuindo para aperfeiçoar a divulgação sobre as modalidades de acesso e de seleção, das opções de curso ofertadas pelo IFRS, além de aumentar o interesse dos estudantes pelo processo seletivo do IFRS, dando melhor informação sobre o ensino ofertado pela instituição.

A partir da divulgação do Guia de Acesso, espera-se a redução do número de erros e falhas no processo de inscrição, sobretudo, quanto às modalidades de acesso (cotas), e também a diminuição das desistências dos estudantes nas diversas fases do processo seletivo até a efetivação da matrícula no curso. Dessa forma, o Guia cumpre a função de facilitar o acesso, qualificando o sistema de ingresso discente, informando sobre as formas de permanência na instituição e mostrando como funciona o ensino ofertado nos cursos do IFRS campus Bento Gonçalves.

É importante destacar que o Guia de Acesso está longe de resolver o problema das avaliações meritocráticas. Contudo, esse produto educacional propõe que se encare o acesso para além de um processo seletivo ou vestibular. Isso implica em mudar as

práticas institucionais que priorizam a simples *divulgação* para se aprimorar os processos de *orientação* e conscientização, mostrando a gratuidade do ensino, as possibilidades de assistência estudantil, o sistema de cotas e a qualidade das ações de ensino, pesquisa e extensão, que são desenvolvidas na Instituição.

Por fim, não se pode deixar de mencionar que, num contexto de polarização de projetos societários antagônicos, alguns movimentos políticos e econômicos ameaçam os avanços promovidos no campo da democratização do acesso ao ensino público federal. Nesse cenário de disputa, põe-se em cheque as cotas, os orçamentos das instituições federais e, mais grave ainda, a própria gratuidade no ensino público. As portas que se abrem para uma sociedade mais justa e igualitária estão sendo cada vez mais estreitadas. Portanto, para os que lutam pela construção da igualdade e pela promoção da inclusão social, além do posicionamento crítico, também as ações concretas e estratégias educacionais, a exemplo do Guia de Acesso, são fundamentais para a superação da lógica da competição, predominante no discurso da meritocracia, pela lógica da solidariedade.

REFERÊNCIAS

AMBROSINI, Tiago Felipe; ESCOTT, Clarice Monteiro. O Acesso à Educação Profissional e Tecnológica: da meritocracia à democratização. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 16, p. 7852, 2019. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7852/pdf> > Acesso em: 09 ago. 2019.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. 9º ed. Petrópolis – RJ: 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 09 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 09 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET). Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm> Acesso em: 09 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.711** de 29 de agosto 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm> Acesso em: 09 ago. 2019.

CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. “Democratização do ensino” revisitado. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 327-334, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a11.pdf>> Acesso em: 09 ago. 2019.

COUTINHO, Eduardo Henrique Lacerda; MELO, Frederico Luiz Barbosa de. Inovações socioeducacionais e os processos seletivos dos cursos técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação & Tecnologia**, 15(3), 2011. Disponível em: <<https://periodicos.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/viewFile/278/279>> Acesso em: 09 ago. 2019.

DUBET, François. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004. Tradução: Édi Gonçalves de Oliveira e Sérgio Cataldi. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a02v34123.pdf>> Acesso em: 09 ago. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica (EPT) com a universalização da educação básica. In: MOLL, Jaqueline. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

IFRS. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. **Edital Nº 29/2018. Processo Seletivo Unificado para ingresso discente no semestre 2018/2 nos cursos superiores de graduação dos campi do IFRS**. Disponível em: <<https://ingresso.ifrs.edu.br/2018-2/wp-content/uploads/sites/14/2018/04/Edital-Superior-Retificado-em-19-07-2018.pdf>> Acesso em: 09 ago. 2019.

FRANCO, Paki Venegas; CERVERA, Julia Pérez. **Manual para o uso não sexista da linguagem**: O que bem se diz... bem se entende. Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República: Observatório de gênero, 2006. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/manual-para-o-uso-nao-sexista-da-linguagem>> Acesso em: 09 ago. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

KAPLÚN, Gabriel. Material Educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, São Paulo, (27) 46 a 60, maio/ago. 2003. Disponível em: <<file:///C:/Users/tiago.ambrosini/Downloads/37491-Texto%20do%20artigo-44089-1-10-20120809.pdf>> Acesso em: 09 ago. 2019.

KUENZER, Acacia Zeneida. EM e EP na produção flexível A dualidade invertida. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 43-55, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/46/43>> Acesso em: 09 ago. 2019.

KUENZER, Acacia Zeneida. As políticas de Educação Profissional: uma reflexão necessária. In: Moll, J. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010, 312p.

LEITE, Priscila Souza Chisté. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. **CIAIQ2018**, v. 1, 2018. Disponível em: <<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656>> Acesso em: 09 ago. 2019.

MINAYO, Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: Dualidade Histórica e Perspectivas de Integração. **Holos**, Ano 23, Vol. 2 – 2007. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>> Acesso em: 09 ago. 2019.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação e Sociedade**, Campinas. 2002; 23 (78): 16-36. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a03v2378>> Acesso em: 09 ago. 2019.

SALTON, B. P.; DALL AGNOL, A.; TURCATTI, A. **Manual de Acessibilidade em Documentos Digitais**. Bento Gonçalves: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Centro de Estudos Sociais, 1999. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/135/135.pdf>> Acesso em: 09 ago. 2019.

SILVA, Maria das Graças Martins da; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Democratização do ingresso na educação superior: liames com a teoria marxista. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v.19, n.39, p. 409-428, mai./ago.2013a. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4152/3806>> Acesso em: 09 ago. 2019.

SILVA, Maria das Graças Martins da; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Acesso nas políticas da educação superior: dimensões e indicadores em questão. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 3, p. 727-747, nov. 2013b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-40772013000300011&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 09 ago. 2019.

TOLEDO, Leslie Campaner de. **Manual de Linguagem Inclusiva para editais de concursos públicos (seleção pública) do IFAL**. IFAL, 2018. Disponível em: <<https://www2.ifal.edu.br/noticias/comite-pro-equidade-do-ifal-disponibiliza-versao-eletronica-de-manual-de-linguagem-inclusiva/manual-linguagem-inclusiva-1.pdf>> Acesso em: 09 ago. 2019.

VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar; LUZ, Jackeline Nascimento Noronha da. Os Mecanismos de Seleção e o Discurso da Democratização do Acesso na Perspectiva das Políticas Educacionais. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.22, n.1, p. 44-59, jul.-dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/viewFile/17779/10144>> Acesso em: 09 ago. 2019.